



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS CORUMBÁ, VERÍSSIMO E PORÇÃO GOIANA DO SÃO MARCOS - CBH CVSM.**

1 Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, nas  
2 dependências da FIEG - Casa da Indústria, Auditório Hélio Naves, 10º andar, sito à  
3 Avenida Araguaia, nº 1544, Setor Vila Nova, Goiânia-GO, teve início a vigésima primeira  
4 Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo  
5 e Porção Goiana do Rio São Marcos, com a participação dos membros registrados em  
6 lista de presença anexa. **Item 1. Abertura da Sessão e verificação de quórum:** O Sr.  
7 **Bruno Vicente Marques** - Presidente do CBH CVSM cumprimentou todos os presentes  
8 e passou a palavra para o Sr. Phelipe Cunha - Secretaria Executiva para a verificação  
9 do Quórum. Após a confirmação dos membros presentes, o presidente deu  
10 continuidade na abertura da sessão. **Item 2. Aprovação da Ata da 20ª Reunião**  
11 **Ordinária e 20ª Reunião Extraordinária do CBH CVSM:** O Sr. Phelipe Cunha -  
12 Secretaria Executiva informou que a Secretaria Executiva não havia recebido nenhuma  
13 contribuição via e-mail. O presidente colocou aprovação das atas da 20ª Reunião  
14 Ordinária e da 20ª Reunião Extraordinária do CBH CVSM, não foram registradas  
15 contribuições ou alterações, sendo ambas *aprovadas por unanimidade*. **Item 3.**  
16 **Apresentação do Fundo Privado de Recursos Hídricos do Estado de Goiás: Sra.**  
17 **Lívia Leite Santos Neves** - SEMAD/ GECAF iniciou sua intervenção ao mencionar sua  
18 longa trajetória na Secretaria e sua atual função na Gerência de Captação, Arrecadação  
19 e Fundos. Informou sobre a implementação de três tipos de fundos privados:  
20 compensação ambiental, conversão de multas ambientais e recursos hídricos. Explicou  
21 que os fundos privados para compensação ambiental e conversão de multas ambientais  
22 já são consolidados e têm exemplos de sucesso, como o fundo de compensação  
23 ambiental no Rio de Janeiro e o Fundo da Amazônia Oriental. No entanto, a criação de  
24 um fundo privado específico para recursos hídricos no Brasil é uma inovação e ainda  
25 não possui experiências consolidadas no país. Assim, a Secretaria estará assumindo  
26 um papel pioneiro nessa área. Apresentou um panorama detalhado sobre as fontes de  
27 financiamento da política estadual de recursos hídricos. Destacou a importância da taxa  
28 de outorga, dos recursos provenientes do Tesouro Estadual e dentre outros. Abordou  
29 os desafios enfrentados no passado, como o desvio de recursos, e as iniciativas atuais  
30 para garantir a sustentabilidade financeira da política, como a implantação da cobrança  
31 pelo uso da água e a gestão dos recursos provenientes de multas administrativas.



32 Explicou a necessidade de um fundo privado para recursos hídricos, observando que,  
33 apesar da existência de um fundo público, este enfrenta obstáculos recorrentes, como  
34 o contingenciamento de recursos. Esse mecanismo de retenção por parte do governo  
35 limita a execução plena dos recursos, criando um ciclo vicioso em que a verba destinada  
36 ao ano corrente não se acumula para o ano seguinte. Mencionou que, além dessas  
37 limitações, a burocracia excessiva e a carência de pessoal qualificado tornavam a  
38 execução dos projetos ainda mais lenta e ineficaz, prejudicando os resultados  
39 pretendidos. Ao contrário, um fundo privado traria maior flexibilidade financeira,  
40 permitindo que os recursos gerassem retorno, preservando o valor do patrimônio e  
41 garantindo a liquidez necessária para a execução dos recursos. Destacou que a criação  
42 de um fundo privado abriria portas para financiamentos internacionais, muitas vezes  
43 inacessíveis ao setor público devido à falta de garantias de governança e à  
44 vulnerabilidade ao contingenciamento. Abordou a complexa questão da gestão  
45 financeira de recursos destinados à proteção ambiental e à utilização sustentável dos  
46 recursos hídricos. Ressaltou o papel fundamental do Fundo Estadual do Meio Ambiente,  
47 mencionando que, além de recursos ambientais, são depositados no fundo valores da  
48 Taxa de Outorga dos Recursos Hídricos (TOR). Explicou que a (TOR), como  
49 instrumento financeiro, está vinculada à política estadual de gestão dos recursos  
50 hídricos, com o objetivo de financiar ações necessárias para sua implementação.  
51 Esclareceu que a arrecadação dessa taxa é compartilhada entre a Secretaria de Meio  
52 Ambiente e a Secretaria de Economia, sendo destinada à execução de políticas  
53 públicas em ambas as áreas. Referiu-se sobre a possibilidade de transferir esses  
54 recursos para um fundo privado, no entanto, diante de recomendações da Procuradoria  
55 Geral do Estado, a tendência é manter os recursos no fundo estadual, pois essa decisão  
56 visava garantir a continuidade das ações já iniciadas e evitaria possíveis problemas de  
57 descumprimento de metas, especialmente considerando as exigências do Ministério  
58 Público. Apresentou considerações sobre a destinação de recursos vinculados a multas  
59 por infrações ambientais relacionadas aos recursos hídricos, em que esses valores  
60 poderão ser alocados em projetos destinados ao ressarcimento de danos ambientais e  
61 à recuperação de áreas degradadas. Destacou a importância de utilizar esses recursos  
62 de forma adequada, assim garantiria a correta aplicação em ações que beneficiem os  
63 recursos hídricos. Aclarou que o objetivo principal do fundo privado será gerenciar o  
64 recolhimento e a execução dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água,  
65 no qual a proposta é que a arrecadação ocorra diretamente nesse fundo, facilitando a



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

66 destinação dos recursos para ações que visem a conservação e o uso sustentável da  
67 água. Mencionou que se o recolhimento ocorrer dentro do Fundo Estadual de Meio  
68 Ambiente (FEMA), a proposta é que esses recursos possam ser transferidos para o  
69 fundo privado, a fim de garantir a segurança das execuções das ações relacionadas ao  
70 uso da água seja realizada de forma mais ágil . Esclareceu que a proposta consistia na  
71 criação de um fundo privado para a gestão dos recursos hídricos, com a Secretaria de  
72 Meio Ambiente (SEMAD) atuando como agência de bacia. Informou que a  
73 administração do fundo ficará a cargo de um gestor operacional financeiro, selecionado  
74 por meio de processo seletivo. Além disso, os objetivos incluem aumentar a eficiência  
75 na cobrança pelo uso da água, otimizar a aplicação dos recursos em projetos de gestão  
76 hídrica e garantir que as decisões estejam alinhadas com os planos e programas  
77 aprovados pelos comitês de bacias hidrográficas. Enfatizou que o planejamento é  
78 fundamental para a gestão do fundo de recursos hídricos. Reiterou, ainda, a importância  
79 de considerar as estratégias que devem ser adotadas e de dimensionar as demandas  
80 específicas de cada bacia hidrográfica. Destacou que, ao elaborar o plano de gestão, é  
81 essencial analisar as características hídricas de cada região, identificar as demandas  
82 principais dos usuários da água e definir ações prioritárias para garantir a  
83 sustentabilidade dos recursos. Ressaltou a necessidade de avaliar a capacidade  
84 institucional tanto do fundo quanto do órgão gestor para lidar com o volume de  
85 demandas e garantir a execução eficiente dos projetos, também mencionou a  
86 flexibilidade na alocação dos recursos, até 50% dos recursos poderão ser transferidos  
87 para outras bacias, caso haja necessidade, demonstrando a importância de um  
88 planejamento adaptável às demandas específicas de cada região. Explicou que a  
89 legislação prevê que até 12% dos recursos possam ser destinados à administração dos  
90 três fundos geridos pela secretaria, que incluem o Fundo de Compensação Ambiental,  
91 o Fundo de Conversão de Multas e o Fundo de Recursos Hídricos. Ressaltou que, no  
92 processo de seleção para a gestão desses fundos, será considerado também quem  
93 apresentar a proposta mais viável economicamente, e que a capacidade de gerar  
94 economia será um critério de avaliação, representando cerca de 25% da nota total.  
95 Informou que o decreto já estabelece os valores para a cobrança pelo uso da água,  
96 contudo, ainda faltam previsões específicas para tratar casos de inadimplência, como a  
97 aplicação da atualização monetária, multas e juros de mora. Explicou que o gestor  
98 financeiro operacional será uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos,  
99 cuja atuação estará alinhada ao marco regulatório das organizações da sociedade civil.



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

100 Esclareceu que essa organização será selecionada por meio de chamamento público e  
101 ficará responsável pela gestão financeira e operacional dos três fundos, com separação  
102 financeira e contábil dos ativos. Destacou que o gestor irá recepcionar as demandas da  
103 secretaria, providenciar a contratação de bens e serviços, e realizar a prestação de  
104 contas técnica e financeira dos recursos. Reiterou que o chamamento público  
105 selecionará o gestor financeiro operacional com base em critérios técnicos e  
106 administrativos, incluindo competência, conformidade com a legislação contábil e  
107 transparência financeira. Explicou que o comitê gestor, que será constituído como o  
108 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, exercerá a função de órgão fiscalizador,  
109 responsável por aprovar as contas e acompanhar os investimentos. Observou que,  
110 embora o processo de chamamento público se assemelhe a uma licitação, as empresas  
111 sem fins lucrativos seguem regras diferenciadas, uma vez que não competem por  
112 preço. Rememorou que será avaliada a competência técnica e administrativa da  
113 empresa, assim como a experiência do corpo técnico apresentado. Finalizou ao afirmar  
114 que a seleção incluirá a análise da proposta financeira, com foco na busca pelo menor  
115 preço em relação à experiência. Informou que a experiência das empresas será  
116 avaliada com base em diversos critérios, incluindo a atuação prévia como entidade  
117 delegatária e a capacidade de execução de projetos de grande porte, em que a  
118 avaliação levará em consideração o número e o valor de projetos superiores a 15  
119 milhões, 10 milhões e 5 milhões de reais, sendo permitida a apresentação de até dois  
120 projetos por faixa para comprovar a experiência. **A Sra. Elaine Lopes Noronha**  
121 **Farinelli- FIEG** perguntou se a equipe já conhece as delegatárias, suas funções, o  
122 número de pessoas e as especialidades necessárias, ao afirmar que encontrar uma  
123 delegatária pronta para ser contratada é raro. **A Sra. Lívia Neves – SEMAD** ressaltou  
124 a necessidade de a instituição, mesmo sem experiência como delegatária, demonstrar  
125 capacidade para gerir grandes projetos e contar com uma equipe especializada em  
126 recursos hídricos. Concluiu a apresentação e abriu espaço para perguntas. **O Sr.**  
127 **Wilson de Azevedo Filho – Companhia Thermas do Rio Quente** cumprimentou a Sra.  
128 Lívia Neves pela clareza na explanação e destacou que muitas pessoas desconhecem  
129 o assunto. Questionou se a organização civil a ser contratada terá a responsabilidade  
130 de gerir tanto o fundo público quanto o fundo privado e observou que o fundo privado é  
131 composto apenas por recursos da cobrança, sem doações registradas. Buscou  
132 entender como funcionava, pois queria comparar com a realidade da maioria dos  
133 estados brasileiros, onde a gestão dos recursos da cobrança é realizada por um comitê



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

134 que contrata uma entidade delegatária. Esclareceu que a entidade, embora não realize  
135 a cobrança, tem a função crucial de aplicar os recursos arrecadados de acordo com as  
136 decisões do comitê. Pediu esclarecimentos sobre a sistemática da gestão,  
137 especialmente em relação ao papel da SEMAD como agência de bacia e à função da  
138 entidade contratada em realizar a cobrança, além de gerenciar tanto a parte financeira  
139 quanto a técnica. Solicitou uma explicação mais detalhada sobre essa triangulação  
140 entre as entidades envolvidas. A **Sra. Lívia Neves** – SEMAD explicou que o Fundo  
141 Estadual do Meio Ambiente é um tipo de fundo público que está conectado à conta  
142 única do Tesouro, essa conta única é como um grande cofre do governo, onde todo o  
143 dinheiro público é centralizado. Por isso, a gestão desse fundo, assim como de outros,  
144 fica a cargo da Secretaria da Economia, que é responsável por cuidar de todo o dinheiro  
145 do Estado. Mencionou que a proposta defende a criação de um fundo privado para  
146 administrar os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, com o objetivo de  
147 separá-los dos fundos públicos. Justificou essa distinção pela natureza jurídica dos  
148 recursos: a cobrança pelo uso da água é considerada um preço público, ou seja, uma  
149 contraprestação pelo uso de um bem público, enquanto os fundos públicos são  
150 alimentados por tributos, que são compulsórios e destinados ao financiamento das  
151 atividades do Estado. Ressaltou que essa separação permitiria uma gestão mais  
152 especializada e eficiente dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água.  
153 Ressaltou que a nova abordagem permitirá que esses recursos sejam geridos por um  
154 fundo privado, desde que a legislação assim permita, isso inclui recursos de  
155 compensação ambiental e outras obrigações. Aclarou que a dinâmica de funcionamento  
156 do fundo privado seria semelhante à da entidade delegatária, com a Secretaria do Meio  
157 Ambiente(SEMAD) desempenhando um papel de coordenação e supervisão. A **Sra.**  
158 **Lívia Neves – SEMAD** abordou a questão da arrecadação, que é um ponto que gera  
159 muitas dúvidas, onde tradicionalmente, a arrecadação é feita pelo ente público.  
160 Destacou que a Agência Nacional de Águas(ANA) possui mecanismos de proteção que  
161 garantem o repasse e a execução dos recursos, uma realidade que, segundo ela, não  
162 se aplica ao contexto atual da maioria dos estados, incluindo Goiás. Ademais, a outorga  
163 será responsável pelo cadastro dos usuários de recursos hídricos, informando à  
164 Secretaria do Meio Ambiente sobre os valores vinculados a cada um. Logo, a secretaria  
165 será encarregada da emissão dos boletos e do acompanhamento da arrecadação,  
166 assim como das medidas administrativas em casos de inadimplência, já que o gestor  
167 do fundo privado não possui poder de execução de tais medidas. Enfatizou a



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

168 importância de entender as diferenças entre a gestão de recursos hídricos no âmbito  
169 público e privado, para garantir conformidade legal e eficácia nas operações. **O Sr.**  
170 **Bruno Vicente Marques** - Presidente do CBH CVSM, manifestou preocupação com a  
171 centralização das decisões, alegando que a nova proposta poderia enfraquecer os  
172 comitês de bacia e comprometer a gestão participativa dos recursos hídricos. Destacou  
173 a diferença entre a agenda ambiental e a dos recursos hídricos, especialmente no que  
174 diz respeito à cobrança pelo uso da água. Questionou a suficiência dos recursos  
175 financeiros previstos para os comitês, comparando-os com as necessidades projetadas  
176 para 2025 e 2040. Defendeu a importância da gestão participativa e expressou receio  
177 sobre os possíveis impactos da criação de um fundo privado para gerenciar os recursos,  
178 fazendo uma analogia com propostas de privatização. Mostrou-se cauteloso em relação  
179 à proposta e argumentou que carece de estudos mais aprofundados, especialmente  
180 devido à ausência de experiências similares no país. Questionou como o Tribunal de  
181 Contas e a Agência Nacional de Águas veem a proposta e destacou possíveis  
182 divergências com a Lei nº 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.  
183 Finalizou ao sugerir que o comitê siga o processo tradicional de gestão, com a  
184 contratação de uma agência de bacia e o cumprimento dos ritos previstos, sem  
185 transformar o processo em um balcão de negócios. Expressou preocupação com a  
186 possibilidade de direcionamento do processo para interesses específicos e sugeriu  
187 cautela e mais amadurecimento da proposta antes de seguir adiante. **O Sr. Paulo**  
188 **Henrique de Almeida** - SANEAGO ressaltou a vasta experiência do Comitê da Bacia  
189 Hidrográfica do Paranaíba na gestão dos recursos provenientes da cobrança. Informou  
190 que o CBH Paranaíba demonstrou grande capacidade em aplicar esses recursos de  
191 forma eficiente e garantiu a execução de projetos voltados à melhoria da qualidade da  
192 água e à proteção dos recursos hídricos da bacia. Reconheceu a qualidade da  
193 apresentação, porém alertou para a necessidade de um exame minucioso da nova  
194 proposta, a qual institui um conselho com novas responsabilidades. Alertou para o risco  
195 de o comitê perder suas funções estabelecidas pela Lei 9433, que garante uma política  
196 de gestão de recursos hídricos participativa, integrada e descentralizada. Sugeriu que  
197 o comitê solicite uma avaliação jurídica para entender as possíveis implicações da  
198 proposta e assegurar que suas atribuições não sejam comprometidas. **A Sra. Yara**  
199 **Vanessa Portuguez** - SANEAGO apresentou uma análise detalhada da nova proposta  
200 governamental para a gestão dos recursos hídricos de Goiás, na qual a proposição,  
201 materializada em um decreto, diverge da legislação estadual ao criar um fundo privado



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

202 para gerir os recursos da cobrança pelo uso da água. Informou que essa divergência  
203 pode gerar insegurança na gestão dos recursos hídricos e ensejar ações judiciais por  
204 parte do Ministério Público. Diante desse cenário, destacou a importância do comitê  
205 como fórum de discussão e decisão, representando os diversos interesses envolvidos.  
206 Expressou a preocupação sobre a continuidade dos serviços essenciais, como aqueles  
207 prestados pela empresa "Complettta". Destacou a importância de garantir a manutenção  
208 do contrato para evitar lacunas na prestação de serviços, já que a sobrecarga pode  
209 comprometer a qualidade do trabalho realizado. Finalizou e enfatizou a necessidade de  
210 clareza sobre como esses serviços serão geridos no futuro. **A Sra. Livia Neves -**  
211 **SEMAD** destacou que o projeto foi reconhecido pela Agência Nacional de Águas (ANA)  
212 como inovador e recebeu apoio da agência para sua execução. Comentou sobre a  
213 apresentação do IPEA(Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos), que trouxe  
214 uma visão crítica sobre a realidade precária dos estados na gestão de recursos hídricos,  
215 a ANA, por sua vez, incentivou os estados a conhecerem experiências bem-sucedidas  
216 de fundos privados, como o Fundo do Clima e o Fundo da Amazônia, com o intuito de  
217 promover a inovação nas políticas hídricas. Informou que a proposta foi bem recebida  
218 por técnicos da Controladoria Geral do Estado, devido à sua solidez e alinhamento com  
219 outras experiências. Esclareceu que o comitê será responsável pela deliberação sobre  
220 a aplicação dos recursos. Afirmou que a decisão final sobre a criação e o funcionamento  
221 do fundo caberá ao governador, por meio da publicação do decreto. Ressaltou que,  
222 para garantir a transparência e a participação da sociedade civil nesse processo, será  
223 estabelecido um período de 15 dias de consulta pública antes da divulgação do edital  
224 de chamamento público. O **Sr. Bruno Marques** - Presidente CBH CVSM manifestou  
225 sua profunda preocupação com a ausência de consideração pela importância do comitê  
226 neste processo decisório. Salientou que a proposta, da forma como foi apresentada,  
227 desconsidera o papel fundamental do comitê e de seus representantes, o que configura  
228 uma falta de respeito com este colegiado e com todos os presentes. Salientou que a  
229 gestão dos recursos hídricos envolve muito mais do que apenas estudos hidrológicos.  
230 O **presidente** criticou a proposta por desconsiderar a gestão participativa e a expertise  
231 dos membros do comitê, o que, em sua opinião, representa um retrocesso na  
232 governança dos recursos hídricos no Estado de Goiás. **O Sr. Wilson de Azevedo Filho**  
233 – **Companhia Thermas do Rio Quente** enfatizou a necessidade de uma compreensão  
234 clara da gestão dos recursos hídricos, em especial da distinção entre o Fundo de Meio  
235 Ambiente, de natureza pública, e o Fundo de Recursos Hídricos, de natureza privada e



236 vinculado à cobrança pelo uso da água. Mencionou um aspecto positivo da Lei 9.433/97,  
237 que permite que as atribuições das agências de bacia sejam delegadas a organizações  
238 civis enquanto as agências não forem criadas. Criticou a decisão da Agência Nacional  
239 de Águas (ANA) de retirar a capacidade de cobrança das agências, resultando em mais  
240 burocracia. Alertou sobre o risco de a burocracia excessiva comprometer a autonomia  
241 do comitê e enfatizou a necessidade de uma compreensão mais clara dessas questões  
242 antes de avançar. **A Sra. Livia Neves** – SEMAD expressou a percepção de que o  
243 debate não se concentrava na natureza do fundo, mas sim nas questões de governança  
244 e nas relações de competência entre as instituições. Destacou que o conflito estava  
245 mais relacionado à gestão e à colaboração entre as partes do que à própria existência  
246 de um fundo privado. Houve extenso debate sobre o fundo privado, no qual se destacou  
247 que a proposta em si não foi contestada quanto à sua validade, mas houve preocupação  
248 sobre a forma como foi apresentada e recebida. Ressaltou-se a importância de melhorar  
249 a comunicação entre as partes envolvidas, especialmente em relação ao papel dos  
250 comitês e à presença de seus representantes nas discussões. A discussão também  
251 abordou a continuidade dos problemas existentes, independentemente da natureza do  
252 fundo, destacando que as dificuldades de gestão e orçamento são questões que  
253 transcendem a estrutura do fundo. Emergiu a necessidade de um diálogo construtivo  
254 para alinhar as cruciais competências e responsabilidades do ambiente em que as  
255 decisões são tomadas. **O Sr. Fábio Floriano Haesbaert - AMAT** expressou uma  
256 grande preocupação com a possibilidade do decreto ser publicado sem a devida  
257 discussão e participação dos membros do comitê. **O Sr. Ary Soares dos Santos -**  
258 **IDESA** agradeceu a oportunidade de debater a proposta, apontou a falta de  
259 transparência no processo e a preocupação com a criação de uma nova entidade para  
260 a gestão dos recursos hídricos, o que gerou diversas questões. Ressaltou que os  
261 comitês, com mais de 10 anos de atuação, já acumularam a experiência necessária  
262 para administrar esses recursos, e a criação de um novo órgão representaria um custo  
263 adicional de pelo menos 12% do orçamento, algo inviável no cenário atual. Por fim,  
264 destacou a necessidade de obter mais informações e promover um debate aberto antes  
265 de qualquer decisão ser tomada. **A Sra. Livia Neves** – SEMAD esclareceu que o foco  
266 da discussão não residiu nos aspectos operacionais e financeiros do fundo, mas no  
267 modelo de governança proposto para a gestão dos recursos hídricos. Embora a  
268 natureza jurídica dos recursos tenha sido considerada relevante, não constituiu o ponto  
269 central da análise. Estabeleceu-se como questão principal a definição de um modelo de





270 gestão que assegurasse eficiência, transparência e participação social na  
271 administração desses recursos. O **Sr. Alan Mosele Tonim** - SEMAD esclareceu que a  
272 apresentação da Sra. Livia Neves - SEMAD tem como objetivo justamente promover a  
273 transparência e o debate sobre o tema. Ressaltou a importância de que os comitês  
274 detêm o poder de decisão final sobre a aplicação dos recursos, conforme previsto no  
275 decreto. Destacou que os planos de bacia servirão como diretrizes para essas decisões,  
276 garantindo que os investimentos sejam realizados de maneira estratégica e alinhada  
277 com as necessidades de cada região. O **Sr. Thiago Castro** - FAEG apresentou uma  
278 análise crítica da proposta e destacou a complexidade da estrutura de governança  
279 proposta e as implicações da junção de recursos hídricos e meio ambiente. Questionou  
280 a viabilidade da contratação de uma agência com a expertise necessária para gerir o  
281 fundo e a necessidade de mais informações sobre o modelo de gestão proposto.  
282 Considerou fundamental que a minuta fosse disponibilizada para análise prévia,  
283 permitindo que todos os participantes se familiarizassem com os detalhes da proposta.  
284 Defendeu, ainda, a necessidade de uma apresentação técnica por uma agência  
285 especializada para garantir a compreensão de todos os aspectos da proposta. A **Sra.**  
286 **Livia Neves** - SEMAD informou que a minuta, que é um documento preliminar, está  
287 sujeita a alterações. Ressaltou a importância de consolidar o modelo antes de avançar  
288 nas discussões. Destacou que os comitês de bacia terão a atribuição de decidir sobre  
289 a aplicação dos recursos, enquanto a gestão do fundo será realizada por um órgão  
290 específico. Ressaltou que a prestação de contas será um processo transparente e  
291 contará com a participação dos comitês de bacia. A **Sra. Elaine Lopes Noronha**  
292 **Farinelli** - FIEG ressaltou a importância de um processo de consulta mais amplo e  
293 transparente. Sugeriu a realização de uma apresentação para todos os comitês, com a  
294 participação de especialistas, para apresentar a proposta de forma detalhada e  
295 responder às dúvidas dos participantes. Além disso, defendeu a necessidade de que os  
296 comitês tivessem autonomia para escolher a agência que irá prestar os serviços de  
297 gestão, considerando as experiências exitosas de outras regiões. O **Sr. Wilson de**  
298 **Azevedo Filho** - Companhia Thermas do Rio Quente solicitou a disponibilização da  
299 minuta do Decreto para análise. Sugeriu que a apresentação poderia ser mais objetiva,  
300 especialmente em relação às competências da entidade contratada, ao papel da  
301 SEMAD e à função do conselho. Enfatizou que a falta de clareza nesses pontos gerou  
302 confusão e destacou a necessidade de sistematizar as informações. O **presidente**, em  
303 suas considerações finais, agradeceu à Sra. Livia Neves- SEMAD pela apresentação e



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

304 lamentou os imprevistos durante a reunião. Enfatizou a necessidade de aprofundar as  
305 discussões sobre o tema. Recomendou a participação do superintendente nos próximos  
306 encontros, visando enriquecer o debate e prevenir a repetição de situações que  
307 comprometam o andamento dos trabalhos. Solicitou, ainda, o apoio do presidente do  
308 comitê do Paranaíba para a organização de uma reunião com a Agência Nacional de  
309 Águas (ANA), com o objetivo de discutir os pontos mais sensíveis da estrutura proposta  
310 e buscar um entendimento comum. Por fim, sugeriu que os presidentes dos Comitês de  
311 Bacia Hidrográfica (CBHs) se reunissem após a rodada de apresentações para  
312 estabelecer uma estratégia política conjunta, visando definir os próximos passos e  
313 alinhar as ações. **O Sr. João Ricardo Raiser** - Presidente CBH Paranaíba ressaltou  
314 que a proposta se refere a duas realidades distintas. Destacou a necessidade de uma  
315 conversa para compreender de forma mais clara as expectativas em relação à proposta.  
316 Ressaltou que, em tese, essa questão não está diretamente relacionada à Agência  
317 Nacional de Águas (ANA), mas sim ao sistema estadual. Mencionou a Lei nº 10.881,  
318 criada pelo Congresso Nacional, que autoriza a ANA a firmar contratos de gestão com  
319 entidades delegatárias das funções de agência de bacia, vedando qualquer tipo de  
320 contingenciamento. Especificou que essa articulação coube aos comitês federais, que  
321 apresentaram essa questão ao Congresso Nacional e às entidades do governo federal.  
322 Propôs a realização de um estudo técnico mais aprofundado sobre a proposta, com a  
323 participação da SEMAD e dos comitês de bacia, para que possam avaliar sua  
324 viabilidade e seus impactos. Colocou-se à disposição. **O Sr. Bruno Vicente Marques**  
325 - Presidente CBH CVSM salientou que, diante das dúvidas sobre a precisão das  
326 informações, propôs-se uma reunião das diretorias dos comitês para uma análise mais  
327 aprofundada do tema. Expressou preocupação com a autonomia do Comitê da Bacia e  
328 observou que não é a primeira vez que essa autonomia enfrenta desafios. Agradeceu  
329 a todos pela discussão e destacou a importância de uma compreensão mais profunda  
330 sobre o papel do comitê e a relevância de seus recursos. Finalizou com agradecimentos  
331 à Sra. Lívia Neves - SEMAD. **A Sra. Lívia Neves** - SEMAD agradeceu a todos pela  
332 participação e destacou a importância do diálogo aberto como ferramenta chave para o  
333 alcance dos objetivos propostos. **Item 4. Criação da Câmara Técnica de**  
334 **Planejamento Institucional - CTPI:** O presidente transferiu a palavra para o Sr.  
335 **Marcos Aurélio Antunes** - SEMAD para apresentação da Deliberação de Criação da  
336 Câmara Técnica de Planejamento Institucional. Iniciou apresentação referindo-se ao  
337 Regimento Interno do Comitê, que prevê a criação de uma Câmara Técnica de



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

338 Planejamento Institucional. Propôs duas deliberações alinhadas ao modelo do Comitê  
339 do Paranaíba. Incluiu na primeira deliberação as regras de composição e  
340 funcionamento da câmara, e na segunda deliberação, a composição para o período de  
341 2024 a 2027, com atualizações a cada quatro anos, funcionando como regimento  
342 interno da câmara técnica. Realizou a leitura das atribuições, em que a CTPI deverá:  
343 coordenar o planejamento estratégico do comitê; criar grupos de trabalho temáticos;  
344 elaborar pareceres sobre matérias a serem deliberadas pelo plenário; manifestar-se  
345 sobre consultas encaminhadas; convidar especialistas ou solicitar contratações para  
346 apoiar os trabalhos; e executar outras funções estabelecidas pela diretoria ou pelo  
347 plenário. Mencionou que a minuta traz a composição da câmara em dez membros  
348 indicados pelas entidades que compõem o comitê, com quatro membros do poder  
349 público (dois municipais e dois estaduais), quatro do segmento de usuários e dois da  
350 sociedade civil. Deu continuidade à leitura e mencionou que a eleição da Câmara  
351 Técnica estava prevista na minuta para que ocorresse coincidente com a eleição da  
352 Plenária. Realizou a leitura das regras gerais que dizem sobre a conduta daqueles que  
353 forem membros da Câmara e aqueles que compuseram a Diretoria. Salientou que os  
354 pareceres da CTPI serão submetidos à Diretoria do Comitê e apresentados ao Plenário.  
355 Finalizou a apresentação e abriu para contribuições. **A Sra. Yara Vanessa Portugal**  
356 - SANEAGO mencionou sua experiência como coordenadora de grupos de trabalho e  
357 ressaltou que, em várias ocasiões, houve falta de quórum nas reuniões ou falta de  
358 preparo dos participantes para discussão. Expressou sua preocupação de que a criação  
359 de mais uma câmara técnica possa sobrecarregar os membros, já que muitos dos  
360 participantes são os mesmos em diferentes atividades e reuniões. Perguntou se a  
361 criação da CTPI era realmente necessária e levantou dúvidas sobre a produtividade e  
362 a capacidade de desempenhar novas funções que não poderiam ser executadas pela  
363 plenária. O **Sr. Marcos Aurelio Antunes** - SEMAD pontuou que a CTPI refletiria o  
364 amadurecimento do comitê e sua capacidade de lidar com discussões mais técnicas e  
365 estratégicas. Afirmou que a CTPI poderia agilizar a tomada de decisões, ao concentrar  
366 discussões aprofundadas em um grupo menor e mais especializado. Sugeriu que, caso  
367 a câmara não se mostrasse eficaz, poderia ser ajustada ou até mesmo descontinuada.  
368 Esclareceu que o mandato da diretoria é de quatro anos, conforme o regimento interno,  
369 com eleições a cada dois anos. Informou que a CTPI seguirá a mesma regra, sendo o  
370 mandato da coordenação coincide com o da diretoria. Propôs que, como a deliberação  
371 ocorrerá no segundo ano, a CTPI permanecerá de 2024 a 2027, e que uma nova



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

372 deliberação definirá a composição para o período de 2027 a 2031. O **Sr. Bruno Vicente**  
373 **Marques** - CBH CVSM registrou uma observação em concordância com a fala de Yara,  
374 comentou que a criação de muitos grupos de trabalho trouxe desafios similares. Sugeriu  
375 que a criação da CTPI poderia reduzir as atividades desses grupos. Considerou a  
376 possibilidade de, no futuro, a câmara técnica abarcar uma função mais técnica, com o  
377 objetivo de deliberar exclusivamente sobre os pontos e ações do plano, minimizando a  
378 necessidade de múltiplos grupos de trabalho. Houve questionamento sobre a  
379 possibilidade de preencher vagas em aberto com membros de outros segmentos, mas  
380 foi explicado que a proposta mantém a paridade entre os membros, sem previsão de  
381 suplentes. Debateu-se ainda sobre a inclusão de reuniões virtuais ou híbridas, sendo  
382 decidido que isso poderá ser tratado em uma futura reforma do regimento, ficando  
383 subentendido que as reuniões podem ocorrer de forma virtual, híbrida ou presencial.  
384 Definiu-se o prazo de 10 dias para a convocação. O **Sr. Bruno Vicente Marques** -  
385 Presidente CBH CVSM submeteu à votação a proposta de criação da Câmara Técnica  
386 de Planejamento Institucional do CBH CVSM. Registrou-se a aprovação da proposta  
387 por maioria, com 14 votos a favor e 1 voto contrário, sem unanimidade. Em seguida, a  
388 pauta abordou sobre a composição da Câmara Técnica do Corumbá para o período de  
389 gestão 2024-2027. O **Sr. Marcos Aurelio Antunes** - SEMAD informou-se que a  
390 Câmara será composta por 10 membros, com algumas vagas deixadas em aberto,  
391 esclareceu que a composição poderá ser realizada imediatamente com os membros  
392 presentes ou, se necessário, a escolha dos representantes será feita posteriormente.  
393 Destacou que, ao considerar as quatro vagas destinadas aos usuários, será necessário  
394 alcançar um consenso dentro do segmento para a indicação de seus representantes.  
395 Após ampla discussão sobre a composição da Câmara Técnica de Corumbá para o  
396 período de 2024-2027, os presentes deliberaram da seguinte forma: a Câmara Técnica  
397 será composta por 11 (onze) membros. **Mandato:** O mandato dos membros será de 4  
398 (quatro) anos, compreendendo o período de 2024 a 2027. **Composição:** Serão  
399 reservadas 5 (cinco) vagas para representantes dos **usuários**, com o objetivo de  
400 garantir a participação de todos os segmentos de usuários. A indicação dos  
401 representantes será realizada por consenso dentro de cada segmento. **Sociedade**  
402 **Civil:** Serão reservadas 2 (duas) vagas para representantes da sociedade civil. **Poder**  
403 **Público:** Serão reservadas 2 (duas) vagas para representantes do poder público  
404 estadual e 2 (duas) municipal. Após ampla discussão sobre a proposta, o presidente  
405 colocou em regime de votação a composição da Câmara Técnica de Planejamento



406 Institucional (CTPI) para a gestão 2024/2027, a qual foi *aprovada por unanimidade*. A  
407 deliberação estabeleceu que a composição será distribuída da seguinte forma: dois  
408 membros do Poder Público Estadual, representados pela SEMAD e SEAPA; dois  
409 membros do Poder Público Municipal, provenientes das Prefeituras de Anápolis e  
410 Catalão; cinco membros do segmento Usuário, incluindo a SANEAGO, FAEG, AMAT,  
411 FIEG e Serra do Facão; e, por fim, dois membros da Sociedade Civil, cujos nomes serão  
412 definidos posteriormente. **Item 5. Apresentação do Plano de Aplicação Plurianual**  
413 **(PAP) dos recursos a serem arrecadados com a cobrança pelo uso da água na**  
414 **bacia.** Dada a palavra para **Sr. João Ricardo Raiser** - SEMAD para apresentação da  
415 Proposta do Plano de Aplicação Plurianual (PAP). Expôs, em “Modo Apresentação”, a  
416 proposta e deu início à explanação. Elucidou as etapas da exposição e pontuou que o  
417 PAP é um planejamento de médio prazo, em que se enquadra como instrumento  
418 normativo e engloba diretrizes para a aplicação do recurso da cobrança, que visa alocar  
419 o recurso em obras, projetos e estudos. Pontuou que, a aplicação tem como principal  
420 intuito a melhoria na quantidade e qualidade da água, para que haja garantia de  
421 segurança hídrica para todos os usos. Mencionou que os recursos apoiarão, a partir de  
422 estudos, planos e projetos, a conservação e recuperação de mananciais, além de  
423 promover a educação ambiental e a capacitação técnica com foco em recursos hídricos.  
424 Relembrou que houve um Decreto Estadual, no dia 30 de junho de 2023 que  
425 implementou a Cobrança Pelo Uso da Água e que determinou a elaboração do PPA e  
426 um prazo para a apresentação do Plano, que findar-se-á no dia 31 de dezembro de  
427 2024. Aclarou que, a presente proposta foi construída a partir de um processo  
428 participativo que envolveu a realização de oficinas de avaliação e a análise aprofundada  
429 dos planos de recursos hídricos existentes. Pontuou que dentre as 50 ações  
430 identificadas nos planos de bacia, foram realizados um processo de priorização, entre  
431 10 ações estratégicas que visavam atender às demandas mais urgentes e otimizar a  
432 gestão dos recursos hídricos. Em relação ao plano estadual, na ausência de um comitê  
433 gestor, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)  
434 conduziu um estudo técnico para estimar os valores de arrecadação e subsidiar a  
435 definição da alocação dos recursos financeiros. Informou que a metodologia utilizada  
436 para a avaliação das sub-bacias dos afluentes do Paranaíba, demonstrou ser eficaz, foi  
437 replicada para as bacias do Tocantins e Araguaia, considerando as similaridades  
438 hidrográficas entre as regiões. No caso da bacia do São Francisco, em virtude da  
439 escassez de recursos financeiros, foi adotada uma abordagem mais focalizada,



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

440 direcionado os investimentos para as áreas de maior vulnerabilidade hídrica e com  
441 maior potencial de impacto socioambiental. Com base nas capacitações e no diálogo  
442 com o IGAM (Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos), a equipe elaborou  
443 uma proposta de alocação dos recursos provenientes da cobrança por uso da água,  
444 conforme os parâmetros estabelecidos no decreto de 2025. A proposta destina 50%  
445 dos recursos arrecadados à execução de projetos e ações para a melhoria da gestão  
446 dos recursos hídricos da bacia. Outros 10% serão destinados ao custeio da entidade  
447 delegatária, abrangendo despesas administrativas, manutenção e suporte técnico. Os  
448 demais 5% serão utilizados para a manutenção do funcionamento do comitê. Salientou  
449 que, para garantir a participação dos colegiados no processo decisório, a proposta foi  
450 encaminhada à SEMAD para análise e validação. Identificou as principais dificuldades  
451 e restrições, como lacunas nas bases de dados das outorgas, questões de  
452 inadimplências com o recurso da cobrança e incertezas quanto à arrecadação e o valor  
453 arrecadado. Observou que a gerência de planejamento, enquadramento e cobrança,  
454 não deve ser vista como uma área responsável pela elaboração do PAP. Destacou que  
455 essa é uma função da agência de bacia ou da entidade delegatária contratada. Exibiu  
456 uma tabela demonstrativa dos resultados da proposta de Plano de Aplicação (PAP). O  
457 documento detalhou a alocação de recursos nas categorias definidas pela Agência  
458 Nacional de Águas (ANA): Gestão de Recursos Hídricos, Agenda Setorial, Suporte ao  
459 Funcionamento do Comitê e Manutenção do Comitê e da Entidade Delegatária.  
460 Explicou que a divisão em categorias facilitava o planejamento e a coordenação das  
461 ações do comitê. Detalhou cada categoria, apresentando a distribuição das ações  
462 definidas na oficina. Apresentou uma tabela com a previsão de arrecadação para os  
463 próximos dois anos e a respectiva alocação de recursos. Expôs uma tabela detalhada,  
464 na qual as oito ações priorizadas pelo Comitê foram individualizadas, justificadas e  
465 inseridas no Plano de Ação e Gestão (PAP), facilitando a visualização da contribuição  
466 de cada uma para os objetivos do plano. Concluiu a apresentação e, em seguida, abriu  
467 espaço para debates e questionamentos. **O Presidente** agradeceu a apresentação,  
468 elogiando a didática, que tornou a exposição clara e eficiente. **O Sr. Wilson de Azevedo**  
469 **Filho** – Companhia Thermas do Rio Quente destacou a importância do trabalho,  
470 parabenizou a equipe da SEMAD. Reconheceu que o resultado apresentado refletia as  
471 discussões dos seminários anteriores e ressaltou que isso contribuirá significativamente  
472 para os comitês, auxiliando na análise e formulação de propostas. **O Sr. João Ricardo**  
473 **Raiser-** SEMAD explicou que a proposta foi construída com base nas prioridades,



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

474 evitando decisões isoladas. Lembrou que o comitê terá a oportunidade de revisar e  
475 ajustar a alocação de recursos conforme as necessidades, com um prazo até 31  
476 dezembro de 2024. **O presidente** ressaltou que o comitê está pronto para dar um passo  
477 significativo na implementação da política hídrica estadual, com a cobrança pelo uso da  
478 água. Informou que as diretrizes e prioridades já foram definidas, e a expectativa é que  
479 a cobrança seja aplicada de forma gradual e justa. Reconheceu a importância da  
480 participação de todos os setores, especialmente do setor de irrigação, e afirmou estar  
481 confiante de que os trabalhos realizados até o momento, como a elaboração do plano  
482 de bacia e a definição das classes de uso, servirão como base sólida para este novo  
483 desafio. Concluiu ser fundamental manter a continuidade das ações e evitar  
484 interrupções que possam comprometer os avanços conquistados. **O Sr. João Ricardo**  
485 **Raiser** - SEMAD aclarou que a proposta apresentada serve como ponto de partida, a  
486 partir do qual o comitê começará a deliberar, analisar e entender as propostas. Afirmou  
487 que há a possibilidade de alterar, modificar e ajustar conforme necessário, sempre com  
488 base nas contribuições e observações de todos os membros. Agradeceu, em nome da  
489 gerência da Secretaria do Meio Ambiente, a contribuição de todos nas etapas do  
490 processo e reiterou a disposição para dar continuidade ao trabalho. Enfatizou a  
491 importância da definição e discussão das questões técnicas para garantir a organização  
492 nos próximos dois anos. **Item 4. Informes. O Sr. Bruno Vicente Marques** - Presidente  
493 CBH CVSM esclareceu que o procedimento para a formalização da entrada de  
494 instituições na Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) será verificado e  
495 comunicado aos membros do comitê. A Secretaria Executiva encaminhará as  
496 informações necessárias e convocará formalmente as entidades da sociedade civil para  
497 participar. **O Sr. Fábio Floriano Haesbaert**- AMAT trouxe informações sobre a  
498 solicitação do Ministério Público Estadual para participar do comitê como observador.  
499 Os membros presentes decidiram aguardar o ofício do Ministério Público para analisar  
500 a proposta em detalhe. Na próxima reunião plenária, discutirão o assunto e decidirão  
501 sobre a aceitação da participação do Ministério Público como observador. **O Sr. Alan**  
502 **Mosele Tonim** – SEMAD sugeriu que a apresentação sobre o processo de avaliação  
503 do plano da bacia, realizada no ERCOB em Brasília, seja replicada em nossa próxima  
504 reunião plenária, acredita-se que a inclusão do painel de acompanhamento das ações  
505 do plano enriquecerá ainda mais a discussão. **O Sr. João Ricardo Raiser** - SEMAD  
506 salientou a importância dos grupos de trabalho na atualização do Plano Integrado de  
507 Recursos Hídricos do Paranaíba. Ao destacar a participação ativa de todos os comitês



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

508 envolvidos, enfatizou a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão,  
509 especialmente no Estado de Goiás. Aclarou que acompanhar de perto esses processos,  
510 por mais desafiadores que sejam, é fundamental para garantir o sucesso da atualização  
511 do plano. A Sra. **Yara Vanessa Portuguesa** - SANEAGO defendeu a manutenção das  
512 decisões já tomadas pelos comitês sobre o enquadramento dos corpos d'água, fruto de  
513 extensas discussões e análises técnicas, destacou a necessidade de focar nas  
514 questões que ainda não foram abordadas. O **Sr. João Ricardo Raiser** - SEMAD  
515 esclareceu que o CBH Paranaíba não possui a atribuição de rever as decisões dos  
516 comitês, mas que é responsável por apontar incongruências e problemas na bacia.  
517 Exemplificou a confusão entre a classificação atual e a futura de algumas áreas,  
518 destacou que em alguns casos houve decisões arbitrárias sobre a classificação dos  
519 rios, que precisaram ser discutidas. O **Sr. Bruno Vicente Marques** - presidente CBH  
520 CVSM reiterou que o plano do Paranaíba oferece uma oportunidade para avançar no  
521 trabalho do comitê, mas que é essencial respeitar as decisões já deliberadas. O **Sr. Ary**  
522 **Soares dos Santos** - IDESA informou sobre os avanços nas discussões para a criação  
523 do Instituto Nacional de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e do  
524 Pampa, destacando a importância da participação dos comitês de bacia nesse  
525 processo. Compartilhou suas observações sobre as queimadas e a grave falta de  
526 vegetação nativa na Região Sul e Sudoeste do Estado, especialmente sobre a  
527 gravidade da situação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na região,  
528 especialmente no que diz respeito à falta de políticas públicas efetivas para sua  
529 proteção e restauração. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho** – Companhia Thermas do Rio  
530 Quente apresentou um resumo das discussões da última reunião sobre a revisão do  
531 PIRH da Bacia CVSM. Destacou a importância da colaboração entre os membros do  
532 comitê e o consórcio responsável pela revisão, a fim de garantir que as soluções  
533 propostas sejam eficazes e atendam às necessidades da bacia. Salientou que a  
534 necessidade de que as preocupações do comitê sejam devidamente consideradas nas  
535 próximas etapas do processo. O **Sr. João Ricardo Raiser**- SEMAD ressaltou que a  
536 documentação é apresentada e discutida, com a coleta de questionamentos e a  
537 pontuação de questões relevantes. Ao final do prazo estipulado, o consórcio, em  
538 conjunto com o grupo de trabalho, emitirá um parecer que registrará as contribuições  
539 coletadas. Sugeriu que, caso necessário, os membros do plenário serão acionados para  
540 discutir sugestões e dificuldades relacionadas ao processo. **Encerramento:** Nada mais  
541 a tratar, o Sr. Bruno Vicente Marques - Presidente do CBH CVSM encerrou a reunião.





**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

542 Eu, Patrícia Sueli Côrtes de Oliveira, colaboradora da secretaria executiva, lavrei essa  
543 ata que, após aprovada, segue assinada pelo Presidente e Secretário Executivo do  
544 Comitê. A gravação com inteiro teor da reunião encontra-se disponibilizada no site do  
545 CVSM.

---

**Bruno Vicente Marques**

Presidente do CBH CVSM

---

**André Brunckhorst**

Secretária Executiva

**Anexo I -**

**Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH CVSM**



**CBH CVSM**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

<b>Nº</b>	<b>Representante</b>	<b>Entidade</b>
01	Marcos Aurélio Gomes Antunes	SEMAD
02	Alan Moseli Tonim	SEMAD
03	João Ricardo Raiser	SEMAD
04	Thiago Freitas Vitorino	Prefeitura Municipal Anápolis
05	Clicia Lilian dos Santos Feitosa	Prefeitura Municipal de Três Ranchos
06	Ary Soares dos Santos	IDESA
07	Yara Vanessa Portugal Fonseca	SANEAGO
08	Paulo Henrique de Almeida	SANEAGO
09	Manoel Messias R. dos Santos	SANEAGO
10	Elaine Lopes Noronha Farinelli	FIEG
11	Thiago Castro de Oliveira	FAEG
12	Bruno Vicente Marques	IRRIGO
13	Renato Alves Pereira Júnior	Serra do Facão Energia S.A
14	Fábio Floriano Haesbaert	AMAT
15	Wilson de Azevedo Filho	Companhia Thermas do Rio Quente

**Anexo II -**

**Lista de Presença (convidados) do CBH CVSM**



**CBH CVS M**

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá,  
Veríssimo e porção Goiana do Rio São Marcos

<b>Nº</b>	<b>Representante</b>	<b>Entidade</b>
<b>01</b>	Pedro Paulo A. Godoi	SEMAD
<b>02</b>	Livia Leite Santos Neves	SEMAD
<b>03</b>	Ana Luiza D. de Abreu	SEMAD
<b>04</b>	Bruno	SEFAZ
<b>05</b>	Phelipe Cassimiro Cunha	Secretaria Executiva
<b>06</b>	Luíza Peixoto Cavalcante	Secretaria Executiva